



O PROTAGONISMO DA JUVENTUDE ENQUANTO ESTRATÉGIA PARA O ENFRENTAMENTO DO CICLO DA VIOLÊNCIA NA PERIFÉRIA DE BELÉM: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA TERRITÓRIOS PELA PAZ – TERPAZ.

Marisa Elenice Silva Lima¹

RESUMO

Este artigo pretende discutir sobre o protagonismo da juventude enquanto estratégia para o enfrentamento do ciclo da violência na periferia de Belém. Para fazer essa análise vamos inicialmente apresentar a violência enquanto expressão da questão social utilizando os dados do Atlas da violência de 2020. Em seguida vamos apresentar as estratégias da segurança pública a partir da integração das suas ações com as ações de inclusão social para a prevenção, controle e repressão à criminalidade. E por fim o protagonismo da juventude como alternativa para o rompimento do ciclo da violência na periferia de Belém a partir da experiência do Programa Territórios pela Paz.

Palavras-chave: violência, inclusão social, protagonismo da juventude.

ABSTRACT

This article aims to discuss the role of youth as a strategy to cope with the cycle of violence in the outskirts of Belém. To make this analysis we will initially present violence as an expression of the social issue using data from the 2020 Atlas of Violence. Next, we will present the strategies of public security from the integration of its actions with the actions of social inclusion for the prevention, control and repression of crime. And finally, the protagonism of youth as an alternative to break the cycle of violence in the outskirts of Belém from the experience of the Territories for Peace Program.

Keywords: violence, social inclusion, youth protagonism.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, apresenta-se uma abordagem sobre o protagonismo da juventude enquanto estratégia para o enfrentamento do ciclo da violência na periferia de Belém – Pará.

¹ Universidade da Amazônia - UNAMA; Doutoranda em Administração, Mestrado em Serviço Social, Assistente Social; marisalima23@hotmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO



Inicialmente, contextualiza-se a violência enquanto expressão da questão social sendo necessário buscar novos parâmetros para a sua compreensão e estratégias de enfrentamento.

Vale destacar que a violência possui uma direta relação com a desigualdade entre as classes e para enfrentá-la se faz necessário a implementação e o fortalecimento de políticas sociais para garantir o que preconiza o artigo nº 01 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada na Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, ao proclamar que “todas as pessoas nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotadas de razão e consciência e devem agir em relação umas às outras com espírito de fraternidade.”

Segundo Iamamoto (2016), desde a década de 1980, (IAMAMOTO; CARVALHO, 1982) a reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, na teoria social crítica, é entendida como reprodução desta sociedade em seu movimento e em suas contradições: a reprodução de um modo de vida e de trabalho que envolve o cotidiano da vida social. Esse processo de reprodução das relações sociais não se reduz, pois, à reprodução da força viva de trabalho e dos meios materiais de produção, ainda que os abarque, ele refere-se à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classes. Essa é uma noção aberta à criação do novo, que captura o movimento e a tensão das relações sociais entre as classes e sujeitos que as constituem, as formas mistificadas que as revestem, assim como as possibilidades de ruptura com a alienação por meio da ação criadora dos homens na construção da história.

Neste sentido ALVES (2007), destaca que:

Nessas condições específicas de desenvolvimento do capital, a precariedade e a precarização do trabalho ampliam-se de forma exacerbada, tendo em vista não apenas o aprofundamento da concentração e centralização do capital, mas a aguda crise das instâncias defensivas do trabalho, que, no período da ascensão histórica do capital, colocavam barreiras à voracidade do capital (como é o caso da crise do Estado-nação, do partido político do proletariado e dos sindicatos). Aumenta, deste modo, a insegurança no mundo do trabalho em suas múltiplas dimensões: insegurança de emprego, de seguridade e previdência social e de representação política e sindical. Ocorre uma fragmentação da classe trabalhadora, ou melhor, uma fragmentação de seus estatutos salariais. Por conta do desemprego aberto com incrustações estruturais, a nova condição de precariedade explicita-se

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



mesmo entre categorias de trabalhadores assalariados que possuem certo grau de organização de classe (o que antes, obnubilava a percepção de sua descartabilidade na ordem do capital). (ALVES. 2007, p. 125-126)

Sabemos que na atual conjuntura existe um distanciamento, cada vez maior, entre as classes social acentuando um processo de exclusão, principalmente entre os mais carentes e que acabam sendo os mais afetados por terem os seus direitos violados.

Sobre a violação desses direitos BITTAR (2018) destaca que:

(...) não é por falta de legislação que os direitos humanos não são cumpridos no Brasil, mas exatamente por falta de eficácia da legislação em geral, e, mais especificamente, por falta de executividade das políticas públicas de direitos humanos, que lhes dariam feição concreta no plano da prevenção, da proteção e da promoção. Mas, também, a simples eficácia das políticas públicas, tomadas como medidas isoladas, nunca seria capaz de enfrentar os efeitos danosos daquilo que socialmente se produz no campo dos embates e das violações cotidianas.

Segundo os dados do Atlas da Violência 2020, estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica aplicada (IPEA), o Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), houve 57.956 homicídios no Brasil, em 2018, o que corresponde a uma taxa de 27,8 mortes por 100 mil habitantes. Nesse sentido, a OMS define a violência da seguinte forma:

“Uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação”

Portanto, a violência precisa ser vista na sua totalidade considerando as dimensões político-econômico-social, e caracterizada pelo aprofundamento da miséria, pelo acirramento das desigualdades sociais e o pelo esvaziamento deliberado do papel social do Estado, rebatendo diretamente sobre as condições de vida dos indivíduos, principalmente crianças e adolescentes, a partir de decisões históricas, econômicas e sociais, tornando vulnerável o seu crescimento e desenvolvimento., fazendo-se necessário estratégias para promover o protagonismo da juventude como alternativa para a quebra do ciclo da violência.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

2 A VIOLÊNCIA COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Para contextualizar a violência enquanto expressão da questão social se faz necessário entender que a mesma é resultante da consolidação do capitalismo e que se manifesta cotidianamente em múltiplas e diversas expressões, neste sentido conforme o pensamento de Iamamoto (1999) podemos defini-la como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1999, p. 27)

Podendo a questão social ser entendida como um produto e expressão da contradição entre capital e trabalho, ou seja, o contexto da questão social é um desafio histórico estrutural, que resulta das contradições concretas entre capital e trabalho, a partir do moderno processo de industrialização capitalista, tendo como determinante o empobrecimento da classe trabalhadora, a consciência dessa classe e a luta política contra seus opressores.

É a forma histórica de trabalho capitalista, ou o regime de salário, que irá cindir tal unidade natural entre homem e meios de produção (ou entre o homem e si mesmo), instaurando uma nova unidade social, o processo de trabalho como processo de valorização. Estamos deste modo, no interior do processo de estranhamento/alienação social. Ao serem separados do sujeito-que-trabalha, os meios de produção tendem, sob a mediação estranhada do capital (propriedade privada/divisão hierárquica do trabalho), a se erguerem diante dele. Nesse caso, a separação entre o sujeito-que-trabalha e os meios de produção é intrinsecamente alienação, no sentido de perda. O trabalhador assalariado, em si e para si, está alienado das condições objetivas do trabalho social (o que significa que perdeu o controle sobre a produção de sua vida material). Está imerso numa relação social de subalternidade, ou seja, relação social de produção capitalista. (ALVES. 2007, p. 38)

A partir desta definição, Rattner (2006) destaca que o fenômeno da violência se expressa predominantemente nas comunidades periféricas uma vez que existe uma dinâmica “perversa” de acumulação e reprodução do capital, cada vez mais aceleradas pela concentração de capitais no regime de mercados e espaços globalizados. Desta forma, podemos afirmar que a exclusão é inerente ao sistema

PROMOÇÃO



APOIO





capitalista, como fenômeno universal e inevitável, expandindo-se em ritmo e intensidade diferentes, ao acompanhar os ciclos de expansão e recessão da economia (RATTNER, 2006, s/p.)

Embora a violência predomine nas comunidades periféricas Balestreri (2010, p.57-58) destaca que a pobreza não gera crime e nem violência. Para o autor a pobreza é heroicamente honesta, de forma geral, e criminosos há entre os pobres e entre os ricos. E ressalta que por evidência empírica, do ponto de vista proporcional, é fácil perceber que a situação é até mais grave entre os segmentos abastados. Já a injustiça social é, sem dúvida, um elemento predisponente da insegurança pública, da violência e da criminalidade.

Portanto, a violência, como uma das expressões da questão social manifesta-se cotidianamente em múltiplas e diversas maneiras, e segundo como aponta Chauí (1998) a violência precisa ser analisada a partir da violação de direitos:

A violência é violação da integridade física e psíquica, da dignidade humana de alguém. Eis porque o assassinato, a tortura, a injustiça, a mentira, o estupro, a calúnia, a má-fé, o roubo são considerados violência, imoralidade e crime. (CHAUÍ, apud SILVA, 2005, p. 21)

Assim, fica evidente que a sociabilidade capitalista moderna, que é marcada pelas relações de dominação política e apropriação econômica, faz germinar desigualdades sociais, que se intensificam cada vez mais à medida que esta sociedade progride, gerando por sua vez, diversas expressões de violência.

A sociedade se estrutura nas relações de acumulação econômica e de poder, nas contradições entre grupos e classes dominantes e dominados bem como por poderes de sexo, gênero, etnias, simbólicos, culturais, institucionais, profissionais e efetivos.

3. ESTRATÉGIAS DA SEGURANÇA PÚBLICA NO COMBATE A VIOLÊNCIA

A política de segurança pública implantada pelo governo Lula surgiu em 2001, a partir da elaboração, por parte da ONG Instituto da Cidadania, o Projeto de Segurança Pública para o Brasil, que tinha como ideia primordial reformar as

PROMOÇÃO



APOIO





instituições da segurança pública e implantar o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) para atuar de forma articulada, por meio de políticas preventivas, principalmente voltadas para a juventude (LOPES, 2009).

Neste contexto, o governo federal assumiu o protagonismo e passa a buscar a integração nas ações, voltadas para a segurança pública, praticadas pelo Estado brasileiro instituindo o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), em parceria com estados da federação, articulando as ações com políticas sociais para a prevenção, controle e repressão à criminalidade.

No âmbito do Pronasci, surge o conceito de segurança cidadã, o qual [...] parte da natureza multicausal da violência e, nesse sentido, defende a atuação tanto no espectro do controle como na esfera da prevenção, por meio de políticas públicas integradas no âmbito local. Dessa forma, uma política pública de Segurança Cidadã envolve várias dimensões, reconhecendo a multicausalidade da violência e a heterogeneidade de suas manifestações (FREIRE, 2009, p. 105-106).

Neste contexto podemos afirmar que se trata de uma mudança no paradigma predominante da segurança, mais extremamente necessária ao fortalecimento da democracia, pois, “[...] na perspectiva de Segurança Cidadã, o foco é o cidadão e, nesse sentido, a violência é percebida como os fatores que ameaçam o gozo pleno de sua cidadania” (FREIRE, 2009, p. 107).

Além disso, a perspectiva de Segurança Cidadã defende uma abordagem multidisciplinar para fazer frente à natureza multicausal da violência, na qual políticas públicas multissetoriais são implementadas de forma integrada, com foco na prevenção à violência. Nesse sentido, uma política pública de Segurança Cidadã deve contar não apenas com a atuação das forças policiais, sendo reservado também um espaço importante para as diversas políticas setoriais, como educação, saúde, esporte, cultura, etc. (FREIRE, 2009, p. 107).

De acordo com o Atlas da Violência 2020, nas últimas décadas, houve experiências de políticas de segurança pública, no plano internacional e nacional que tiveram êxito e que contribuíram para a diminuição dos índices de violência em vários países e cidades. No âmbito internacional temos como destaque: Nova Iorque, Bogotá, Medellín e Cidade Juárez. Sendo que a partir dos anos 2000, os estados passaram a desenvolver políticas e ações inovadoras, como: o Infocrim (2000), em



São Paulo; o Programa “Ficar Vivo” (2002) e o Igesp (2008), em Minas Gerais; o Pacto pela Vida (2007), em Pernambuco; as Unidades de Polícia Pacificadoras - UPPs (2008), no Rio de Janeiro; o “Paraíba Unidos pela Paz” (2011); o “Estado Presente” (2011), no Espírito Santo; o Centro Comunitário da Paz – Compaz (2016), em Recife, em outros estados.

Essas experiências internacionais e nacionais serviram para mostrar que mudanças no modelo de gestão da segurança pública geram resultados, e contribuíram significativamente para que no estado do Pará, por meio do Decreto nº 141 de 10 de junho de 2019, o Governo do Estado implantasse o Programa Território Pela Paz – TerPaz.

Art. 1º Fica instituída a Política de Inclusão Social e Redução da Violência - “Territórios pela Paz - TerPaz”, consistente no agrupamento das políticas públicas e programas voltados para as estratégias de prevenção social da violência, com enfoque na recuperação dos territórios de descoesão social. Parágrafo único. Entende-se por territórios de descoesão social, a delimitação espacial de comunidades socialmente vulneráveis, com baixa institucionalidade e alto grau de informalidade, que concentrem elevados índices de crimes violento e atuem grupos delinqüenciais.

Art. 2º Integram a TerPaz as políticas públicas e programas voltados para:

- I - criação e o fortalecimento de redes sociais e comunitárias;
- II - garantia do acesso à justiça;
- III - garantia, por meio de medidas de urbanização, da recuperação dos espaços públicos;
- IV - observância dos princípios e diretrizes dos sistemas de gestão descentralizados e participativos das políticas sociais;
- V - transparência de sua execução, inclusive por meios eletrônicos de acesso público
- VI - garantia da participação da sociedade civil;
- VII - intensificação e ampliação das medidas de enfrentamento do crime organizado e da corrupção;
- VIII - promoção de estudos, pesquisas e indicadores sobre a violência que considerem as especificidades cidades de cada grupo, tais como gênero, etnia, idade, orientação sexual, dentre outras;
- IX - respeito ao saber e à cultura popular das diversas comunidades, e
- X - geração de oportunidades inclusivas de capacitação, trabalho e renda.

Art. 3º A TerPaz objetiva congrega as diversas políticas públicas e programas voltadas para as áreas de abrangência descritas no art. 2º deste Decreto, visando a:

- I - extinção de qualquer forma de predomínio territorial por grupos armados ilegais e eliminação da coação sobre os moradores;
- II - redução da violência armada, especialmente da violência letal;
- III - recuperação da confiança e da credibilidade das instituições perante os moradores das comunidades;
- IV - resolução pacífica dos conflitos nas áreas atendidas, orientada por padrões não-violentos de sociabilidade e por uma cidadania sem tutela; e
- V - oportunização de estudos, capacitações, empreendedorismo, trabalho e renda para as comunidades;

PROMOÇÃO



APOIO

Parágrafo único. É instrumento para a consecução dos objetivos da TerPaz a criação de unidades físicas de centralização de serviços públicos, atividades comunitárias e equipamentos de combate às desigualdades, com vistas ao incremento da inclusão social, denominadas “Usinas da Paz - USIPAZ”.

Portanto, o Terpaz é formado por dois eixos sendo as políticas públicas de inclusão social coordenadas pela Secretaria Estratégica de Articulação da Cidadania (SEAC) e as políticas de segurança pública pela Secretaria de Estado de Segurança Pública (SEGUP) organizados em uma arquitetura de governança abrangendo três instâncias – Colegiado Gestor, Câmara Técnica Intersectorial e Rede Local de Cidadania.

O **Colegiado Gestor** formado pelo Governador do Estado e os Secretários que participam de reuniões de monitoramento e avaliação das ações realizadas pelas secretarias, fundações e órgãos.

A **Câmara Técnica Intersectorial** (CTI) que organizou a participação das 37 (trinta e sete) secretarias, fundações e órgãos da administração direta e indireta que nomearam os seus representantes para coordenar a execução dos projetos/ações desenvolvidas, e mais 6 (seis) parcerias (SEBRAE, IFPA, SENAC, SENAI, SENAR, UEPA, UFPA) em 07 (sete) áreas temáticas: 1. Capacitação técnica e profissional, educação básica, arte e cultura. 2. Emprego e renda, microcrédito e empreendedorismo, economia solidária. 3. Habitação, regularização fundiária e urbanização. 4. saúde, esporte/lazer, assistência social. 5. Tecnologia e inclusão digital. 6. Meio ambiente e sustentabilidade. 7. Mediação de conflitos e prevenção a violência operacionalizando a dimensão da intersectorialidade.

Os eixos transversais que orientam a definição dos projetos são: os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/ONU, o desenvolvimento territorial, a cidadania participativa e a mediação de conflitos e cultura de paz. Os eixos transversais, referenciam a escolha das ações e atividades dos programas, dos seus conteúdos e das suas respectivas metodologias.

A organização por eixos permite a integração entre secretarias, fundações e órgãos da administração direta e indireta que a partir das demandas do território

organizam as ações caracterizando um novo modelo de governança pública, na qual ocorre a coprodução, os cidadãos participam e tem voz e influência política.

Vale ressaltar que participação e engajamento são aqui tratados como níveis diferentes de um mesmo fenômeno no qual os cidadãos compartilham poder com funcionários públicos na “tomada de decisões substantivas” e no desenvolvimento de ações relacionadas à comunidade (ROBERTS, 2004).

A **Rede Local de Cidadania** formada por uma equipe de 7 (sete) profissionais nas áreas de serviço social, direito e administração responsáveis pela organização, divulgação, monitoramento e avaliação das ações dos programas das secretarias, fundações e órgãos durante a execução das atividades em cada um dos Territórios, além de promover a participação da sociedade civil por meio das lideranças, das comunidades locais dos territórios exercendo o controle social; e articular a participação das secretarias dos municípios na execução dos programas e projetos com os órgãos análogos do Estado. Para o sucesso desta instância a transparência, informação para o conhecimento, confiança, participação, coprodução, foram fundamentais para a superação do maior desafio, que foi conquistar a confiança e a credibilidade no Poder Público após anos de abandono.

O planejamento das etapas da entrada das instituições que compõem o sistema de segurança, nos TerPaz, é coordenado pela Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social e foi elaborado objetivando procedimentos e estratégias que evitem confrontos violentos e letalidade no processo de ocupação dos Territórios.

O Plano de Ação Integrada da SEGUP dividiu as ações em duas etapas:

Etapa 1. Choque operacional: constituiu-se de um conjunto de ações policiais e administrativas imediatas, planejadas e executadas pelos órgãos do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social – SIEDS, que atuam com base em seus Planos Táticos e Operacionais, elaborados para cada um dos Territórios, considerando as respectivas especificidades, o que é feito a partir das diretrizes exaradas no Plano de Atuação Integrada Versão 1.



Etapa 2. Atuação integral: neste momento, ingressam todas as Secretarias, fundações e órgãos de Estado que integram o eixo de Políticas de Inclusão Social da Política, executado sob a coordenação da Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania – SEAC.

O Programa tem como público prioritário: Mulheres e jovens em situação de vulnerabilidade e vítimas da violência; Mulheres provedoras da família; e Jovens de 15 a 29 anos em áreas de elevado risco social, com baixos índices de escolaridade, sem qualificação técnico-profissional, subemprego e/ou sem emprego nem renda.

Vale destacar que dentro dos territórios serão construídas as Usinas da Paz - UsiPaz, que é um projeto integrado ao TerPaz, em parceria com a iniciativa privada.

Inicialmente foram definidos 7 (sete) territórios distribuídos pelos bairros dos municípios da Região Metropolitana, sendo cinco em Belém (Guamá, Jurunas, Terra Firme, Benguí e Cabanagem), um em Ananindeua (Icuí) e um em Marituba (Nova União).

Em dezembro de 2022, foi sancionada a lei que torna o TerPaz uma política pública permanente de Estado. O objetivo é expandir, em Belém e no interior do estado, o programa para permitir a construção de novas UsiPaz, por meio de articulação com os municípios.

4. O PROTAGONISMO DA JUVENTUDE ENQUANTO ESTRÁTERGIA PARA O ENFRENTAMENTO DO CICLO DA VIOLÊNCIA NA PERIFÉRIA DE BELÉM.

De acordo com Costa & Cardoso (2019) a cidade de Belém, semelhante às demais capitais do país, enfrenta sérios conflitos oriundos de um processo de expansão urbana ocorrida de forma rápida e desordenada. A maior parte da população ocupa as áreas do entorno do centro, formando periferias, baixadas na designação local, sem a infraestrutura necessária ao convívio social digno, já que os serviços urbanos básicos são muito precários. Seguindo esse contexto, o conceito de periferia foi vinculado à organização urbana, não se desprezando seu aspecto simbólico.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Podemos afirmar que as baixadas de Belém são “um reflexo da noção de hierarquização social da população da cidade, na qual os menos favorecidos encontram-se na periferia” (DA MATTA, 1991, p. 36).

Em Belém devido à falta de investimento em políticas públicas específicas para o desenvolvimento urbano não foi observado o rápido crescimento populacional, não ocorrendo o acompanhado necessário e os investimentos em infraestrutura ou por controles sobre o uso e ocupação do solo, que com a falta de alternativas acessíveis à habitação urbana voltada para grupos de baixa renda, levou ao surgimento de invasões e ocupações, com habitações precárias (PALHANO; SILVA; PASSOS, 2009 apud Costa & Cardoso (2019).

De acordo com os dados do Atlas da Violência 2020, estudo desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica aplicada (IPEA), no Brasil, os homicídios são a principal causa de mortalidade de jovens, grupo etário de pessoas entre 15 e 29 anos. Esse fato mostra o lado mais perverso do fenômeno da mortalidade violenta no país, na medida em que mais da metade das vítimas são indivíduos com plena capacidade produtiva, em período de formação educacional, na perspectiva de iniciar uma trajetória profissional e de construir uma rede familiar própria.

A violência juvenil prejudica profundamente não apenas suas vítimas, mas também os familiares, os amigos e as comunidades. Seus efeitos não são observados apenas na morte, doença e invalidez, mas também em termos de qualidade de vida. Dessa forma, a compreensão dos fatores que aumentam o risco dos jovens serem vítimas ou perpetradores de violência é essencial para o desenvolvimento de políticas e programas eficazes para evitá-la (BUTCHART et al., 2002).

Segundo (MORAES, 2006 apud SEMICHECHE et al. 2012), a juventude, muitas vezes, só se torna objeto de uma política pública, quando associada aos estereótipos negativos, como a delinquência, a violência e o abuso de drogas quando na verdade esses jovens precisam de políticas que possam garantir uma escola acessível e de qualidade, formação profissional apropriada, oportunidades de emprego e renda, alternativas de lazer saudável e aconselhamento sobre reprodução e saúde sexual.

No entanto, esse é o cenário que o TerPaz busca romper nos bairros atendimentos pelo programa, pois segundo Costa (2000), no Protagonismo Juvenil a



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



participação dos jovens se tornam o elemento fundamental colaborando tanto para um desenvolvimento pessoal como das comunidades em que estão inseridos, e ainda contribui para a formação de pessoas mais autônomas e comprometidas socialmente, com valores de solidariedade e respeito mais incorporados, favorecendo assim uma proposta de transformação social. Para este autor:

Protagonismo juvenil é a participação do adolescente em atividade que extrapolam os âmbitos de seus interesses individuais e familiares e que podem ter como espaço a escola, os diversos âmbitos da vida comunitária; igrejas, clubes, associações e até mesmo a sociedade em sentido mais amplo, através de campanhas, movimentos e outras formas de mobilização que transcendem os limites de seu entorno sócio comunitário (COSTA apud BRENER, 2004, p. 19).

As ações destinadas aos jovens têm sido realizadas com foco no Protagonismo Juvenil vem sendo utilizada como um antídoto” que afastam crianças, adolescentes e jovens de práticas consideradas negativas e os orientam a práticas conscientes, construtivas e coletivas (COSTA apud SILVA, 2003).

O Protagonismo Juvenil é um componente de uma prática de educação para a cidadania, em que o jovem ocupa uma posição de centralidade no desenvolvimento de atividades. Vale ressaltar que isso contribui para proporcionar referências e sentidos positivos, projetos de vida, e ao mesmo tempo possibilitam a reconstrução de valores éticos, como os de solidariedade e responsabilidade social (ABRAMOVAY et al., 2002).

Portanto, a atuação dos jovens como personagens fundamentais de uma iniciativa, atividade, projetos ou programas para resolver problemáticas históricas como a questão da violência é uma maneira de reconhecer que a participação dos jovens tem poder para provocar transformações na realidade social, cultural e política no qual estão inseridos, onde eles deixam de ser vistos como um problema, ou como um caso de polícia para ser uma solução para o rompimento de um ciclo

3 CONCLUSÃO

Ao analisar a violência enquanto expressão da questão social e as estratégias de enfrentamento da segurança pública com foco no protagonismo da juventude como

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



alternativa para o rompimento desse ciclo, observou-se um avanço significativo na área dos direitos humanos e na garantia de direitos.

Para pensar criticamente esse assunto é necessário antes de tudo ter uma visão ampla acerca desta temática, compreender que a pobreza embora gere violência, no sentido da violação de direitos como destaca CHAUI (1998), não gera criminalidade. Neste sentido um jovem que está inserido em um ciclo violento não é uma opção é sim pela violação de vários direitos que se materializaram em diversos fatores que o levaram até aquela situação, fatores estes que em muitos casos são exteriores à eles.

É necessário destacar que a família, o Estado e a sociedade possuem um papel importante na vida dos jovens, pois a partir a visão de totalidade social nos permite fazer uma reflexão de que as escolhas feitas por esses jovens, na maioria das vezes é decorrente das condições socioeconômicas e políticas.

Os dados apresentados revelam o alto índice de homicídios de jovens que na sua maioria são pobres, pretos e periféricos. Esses números destacam a relevância do tema e a necessidade da sua inserção na agenda pública nacional e estatual para elaboração e implementação de políticas que rompam esse ciclo.

Assim, considerando os resultados pelas experiências de políticas de segurança pública, no plano internacional e nacional que tiveram êxito e que contribuíram para a diminuição dos índices de violência em vários países e cidades, recomenda-se que seja aprimorado o Programa Territórios pela Paz, para ampliar o número de atendimentos e ações para a juventude que contribuam para o seu protagonismo, e que sejam realizados estudos comparativos entre os dados da segurança pública e das ações de inclusão social para aprimorar as ações e corrigir possíveis falhas no programa

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas. Brasília: UNESCO, BID, 2002.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ALVES, G. Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho. 2a ed. – Londrina: Praxis/Bauru: Canal 6, 2007.

BRENER, B. S. Jovens em cena: o desenvolvimento do protagonismo juvenil numa entidade social de São Paulo. São Paulo: PUC, 2004.

BITTAR, E.C.B. Democracia e políticas públicas de direitos humanos a situação atual do Brasil Revista USP. São Paulo. N 119 p 11-28 outubro/novembro/dezembro 2018, disponível em <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/151573>.

BUTCHART, Alexander; FEUCHT, Thom; MIKTON, Christopher; SHEPHERD, Jonathan. Prevenção à violência: um convite a ação inter-setorial. Relatório Mundial sobre Violência e Saúde (OMS, 2002). Disponível em:

http://www.who.int/violenceprevention/project_groups/intersectoral_action_por.pdf.

COSTA, A. C. G. Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

COSTA. E. M. C. & CARDOSO. L. F. C. Representação social da violência na periferia de Belém: a reconstrução de um olhar. Novos Cadernos NAEA v. 22, n. 1, p. 159-182, jan-abr 2019, ISSN 1516-6481 / 2179-7536.

COSTA, IF., and BALESTRERI, RB., orgs. Segurança pública no Brasil: um campo de desafios [online]. Salvador: EDUFBA, 2010, 143 p. ISBN 978-85-232-1232-2. Available from SciELO Books.

DA MATTA, R. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

FREIRE, M. D. Paradigmas de segurança no Brasil: da ditadura aos nossos dias. Revista Brasileira de Segurança Pública, Ano 3, edição 5, p. 100-114, ago./set. 2009.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na cena contemporânea. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/o-servico-social-na-cena-contemporanea-201608060403123057450.pdf>

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). Atlas da violência 2020. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2020.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>.

PARÁ. DECRETO Nº 141 DE 10 DE JUNHO DE 2019. Institui a Política de Inclusão Social e Redução da Violência - “Territórios pela Paz”, no Estado do Pará.

Disponível

em: <https://www.sistemas.pa.gov.br/sisleis/legislacao/4870#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%20141%2C%20DE%2010,%E2%80%9D%2C%20no%20Estado%20do%20Par%C3%A1.&text=Considerando%20a%20necessidade%20de%20agrupar,pela%20viol%C3%Aancia%20e%20vulnerabilidade%20social%3B&text=D%20E%20C%20R%20E%20T%20A%3A,Art.>

RATTNER, Henrique. Exclusão Social. Revista Espaço Acadêmico. São Paulo, n. 65, Ano VI, s/p. Outubro, 2006.

SILVA, Sueli Baptista da Silva. O Serviço Social frente à questão da violência doméstica: a realidade social revelada nas ações judiciais da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca da Capital do Rio de Janeiro. Mestrado em Serviço

Social, 2005. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em:

<https://www.maxwell.vrac.pucrio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=8735@>

1

SILVA, S. M. Protagonismo juvenil e arte-educação como método pedagógico de inclusão social: o caso do projeto fazer o outro bonito. Trilhas: revista do Centro de Ciências Humanas e Educação, Belém: UNAMA, v. 4, n. 2, 2003.

SEMICHECHE, A.; HIGA, K. M.; CABREIRA, L. Protagonismo juvenil: a participação dos jovens para a transformação social. Akrópolis Umuarama, v. 20, n. 1, p. 21-38, jan./mar. 2012.

SOUZA, R. O. Participação e controle social. In: SALES, M. A.; MATOS, M. C.;

LEAL, M. C. (Org.). Política social, família e juventude: uma questão de direitos. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PROMOÇÃO



APOIO

